

Entre o projeto e o cotidiano – O caso Guajuviras

William Mog

William Mog é Arquiteto e urbanista; Mestrando acadêmico no PROPUR/UFRGS; williammog@hotmail.com

Resumo

Entre o projeto do Conjunto Habitacional Guajuviras concebido em função de uma política habitacional e o cotidiano vivido dos seus moradores em função das sucessivas ocupações e apropriações no tempo há uma história repleta de conflitos e tensões. Este artigo objetiva resgatar tal história enfatizando os contrastes existentes dentro deste conjunto produzido e implantado em Canoas/RS entre as décadas de 1970 e 1980 a partir da Companhia de Habitação (COHAB) local e do Banco Nacional da Habitação (BNH) e ocupado irregularmente no dia 17 de Abril de 1987. Tal situação se repetiu em outros casos na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e é decorrente do choque entre as ações estratégicas de quem concebe o projeto a partir de uma política e as ações táticas de quem vive o cotidiano do lugar. Esta relação se manifesta no espaço percebido das práticas gerando continuidades e descontinuidades que repercutem no dia-a-dia das pessoas. Hoje o que se observa no “Guaju” como é popularmente conhecido é um mosaico de territórios distintos que ora se aproximam e ora se afastam em função das dinâmicas cotidianas desenvolvidas pelos moradores.

Palavras-chave: projeto, política, cotidiano.

Abstract

Between the Guajuviras Housing Complex project designed due to a housing policy and the daily living of its residents due to the successive occupations and appropriations in time there is a history full of conflicts and tensions. This article aims to rescue this story emphasizing the contrasts within this housing produced and deployed in Canoas/RS between the 1970s and 1980s from the Companhia de Habitação (COHAB) site and the Banco Nacional da Habitação (BNH) and occupied illegally in 17 April 1987. This situation was repeated in other cases in the Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) and is due to the clash between the strategic actions of those who conceived the project from a policy and tactics who shares the lives place everyday. This relationship is manifested in space perceived practices generating continuities and discontinuities that have an impact on the day-to-day lives. Today what is observed in "Guaju" as it is popularly known is a mosaic of different territories now approach and now turn away due to the daily dynamics developed by the locals.

Keywords: project, policy, daily.

Resumen

Entre el proyecto del Complejo de Vivienda Guajuviras diseñado debido a la política de vivienda y la vida diaria de sus habitantes debido a las sucesivas ocupaciones y apropiaciones en el tiempo hay una historia llena de conflictos y tensiones. Este artículo tiene como objetivo rescatar esta historia haciendo hincapié en los contrastes dentro de este complejo producido y implantado en Canoas/RS entre los años 1970 y 1980 en función de la Companhia de Habitação (COHAB) local y del Banco Nacional da Habitação (BNH) y ocupado ilegalmente en 17 de abril de 1987. Esta situación se repitió en otros casos en la Região Metropolitana de Porto

Alegre (RMPA) y se debe al choque entre las acciones estratégicas de los que concibieron el proyecto a partir de una política y las acciones tácticas de los que viven el cotidiano del lugar. Esta relación se manifiesta en el espacio percibido de las prácticas generando continuidades y discontinuidades que tienen un impacto en la vida del día a día. Hoy en día lo que se observa en "Guaju" como se le conoce popularmente es un mosaico de diferentes territorios que ahora se acercan y ahora se alejan, debido a las dinámicas diarias desarrolladas por los locales.

Palabras-clave: *proyecto, política, cotidiano.*

Introdução

O presente artigo objetiva problematizar a relação entre o projeto habitacional oriundo de uma política habitacional e o cotidiano local oriundo de um processo de ocupação destacando o grau de correspondência existente entre ambos. Para tal pretende-se trabalhar com um conjunto habitacional produzido no período correspondente as décadas de 1970 e 1980 na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Este conjunto intitulado Guajuviras e localizado em uma região periférica do município de Canoas/RS é analisado aqui em função de três tópicos complementares. Cada tópico apresenta inicialmente uma base teórica. No primeiro são abordados os atores entre o projeto e o cotidiano com base em Lefebvre (1991), no segundo as ações destes atores durante o processo de consolidação histórica com base em Certeau (2014) e o terceiro as repercussões cotidianas deste processo com base em Lefebvre (2001).

No primeiro tópico, enfatiza-se a relação conflitante e desarticulada entre os atores hegemônicos do espaço concebido e os atores cotidianos do espaço vivido na produção habitacional do período da Ditadura Militar no Brasil. O primeiro grupo está representado pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), pelo Grupo Executivo da Região Metropolitana (GERM) e pelas Companhias Habitacionais (COHABs) enquanto o segundo é formado pelos habitantes que vivem o dia-a-dia. O primeiro grupo concebe o espaço a partir de políticas, planos e projetos respectivamente, já o segundo vive este espaço ao ocupá-lo no cotidiano.

Já no segundo tópico, objetiva-se problematizar tal relação entre os atores em função das suas ações dentro do processo histórico de constituição do caso estudado. Enquanto os atores hegemônicos desenvolvem ações de cunho estratégico e impositivo vinculadas ao espaço concebido, os atores cotidianos reagem contra estas a partir de ações de caráter tático

e adaptativo que reinventam o concebido em função do espaço vivido. Este choque vai acontecer no tempo de diferentes formas produzindo resultados espaciais antagônicos entre si.

E, por último, no terceiro tópico, evidencia-se o resultado espacial no cotidiano a partir da reconstrução história. Aqui o foco está nas questões estruturais, formais e funcionais durante a passagem entre o projeto oriundo de uma política e o cotidiano oriundo das ocupações sucessivas. Neste processo, entende-se que a maneira como o espaço concebido do projeto se transforma em função do espaço vivido do cotidiano varia entre relações de continuidade e de descontinuidade verificável a partir do indicador estrutura-forma-função.

Quem conheceu o Conjunto Habitacional Guajuviras antes da ocupação e o visita hoje vivencia um choque de realidade, pois do projeto original só resta alguns poucos traços que disputam espaço com as mudanças impactantes propostas pelos próprios moradores ao longo do tempo. Entende-se aqui que as soluções encontradas pelas pessoas merecem ser valorizadas porque correspondem as verdadeiras necessidades do dia-a-dia que um espaço urbano de qualidade deve atender ao contrário de soluções estereotipadas oriundas de programas padronizadores. Portanto, o artigo pretende enfatizar este processo de ocupação e mutação do espaço e suas repercussões no âmbito do cotidiano com a intenção de questionar as diretrizes do projeto enquanto materialização de uma política habitacional.

Entre os atores hegemônicos e cotidianos

A produção do espaço está baseada no confronto entre o ator que concebe o espaço no âmbito do projeto e o ator que vive tal espaço no âmbito do cotidiano. Para Lefebvre (1991), enquanto o espaço concebido é a representação do espaço, o espaço vivido é o espaço das representações. Estes se interpenetram no âmbito do espaço percebido que é o espaço das práticas. Esta tríade concebido-vivido-percebido, portanto, estrutura as relações espaciais durante as transformações proposta pelo choque entre atores com interesses distintos. Estas questões teóricas se materializam na produção habitacional no Brasil durante do período do BNH enfatizada a seguir.

A produção do espaço habitacional no Brasil e por extensão na Região Metropolitana de Porto Alegre

(RMPA) durante as décadas de 1970 e 1980 foi marcada pelo Regime Militar e por uma forte política impositiva e controladora que abrangia todo o território nacional brasileiro. Tal política vinculada a este período militar apresentava vários setores responsáveis pela sua manutenção e sustentação como o setor de produção habitacional. Foi uma época em que se produziu uma série de conjuntos habitacionais para atender a uma demanda populacional crescente, mas, sobretudo, para ativar a economia através do mercado imobiliário.

No âmbito nacional, o modelo de política habitacional desenvolvido durante a ditadura militar apresentava pesada intervenção governamental no processo de provisão habitacional. Para Arretche (1990, p:23), esta área foi um dos setores privilegiados de atuação do regime que se tornou viável através da criação de uma agência estatal intitulada Banco Nacional da Habitação (BNH) que centralizou as atividades estatais do setor entre 1964 e 1986.

A criação do BNH significou a concentração-centralização do processo de produção habitacional juntamente com a eliminação ou reestruturação dos órgãos que não favoreceram este panorama (PEREIRA, 1982, p:26). A intervenção governamental da época deu origem a um mercado da casa própria dividido em dois setores: o setor de renda média e alta e o setor de baixa renda. O primeiro foi objeto dos agentes privados que tiveram as suas atividades regulamentadas pelo Estado através da figura do BNH enquanto o segundo foi operado pelas agências estatais promotoras em associação com empresas privadas de construção (ARRETCHE, 1990, p:23).

Dentro do contexto do Rio Grande do Sul e mais especificamente na RMPA, o Grupo Executivo da Região Metropolitana (GERM) representou os atores que determinaram e planejaram a mesma. No início da década de 1970, foi aprovado o Plano de Desenvolvimento Metropolitano (PDM) para a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) em função de uma parceria entre Brasil e Alemanha. O plano surge através de um grupo de trabalho misto, de composição teuto-brasileira, em que as responsabilidades técnicas e financeiras eram compartilhadas em função de uma direção bilateral. Este documento representava uma regularização e organização para o crescimento urbano da RMPA considerando os seguintes aspectos: indústria, habitação, recreação, transporte coletivo, saneamento, entre outros. Buscava-se a implantação de medidas e recursos para o desenvolvimento equilibrado e integrado de

uma área resultante de um processo histórico de urbanização em espaço reduzido. Tal área apresentava um grande crescimento populacional e um potencial econômico tendo como centro principal Porto Alegre, a capital do Rio Grande do Sul (GERM, 1973).

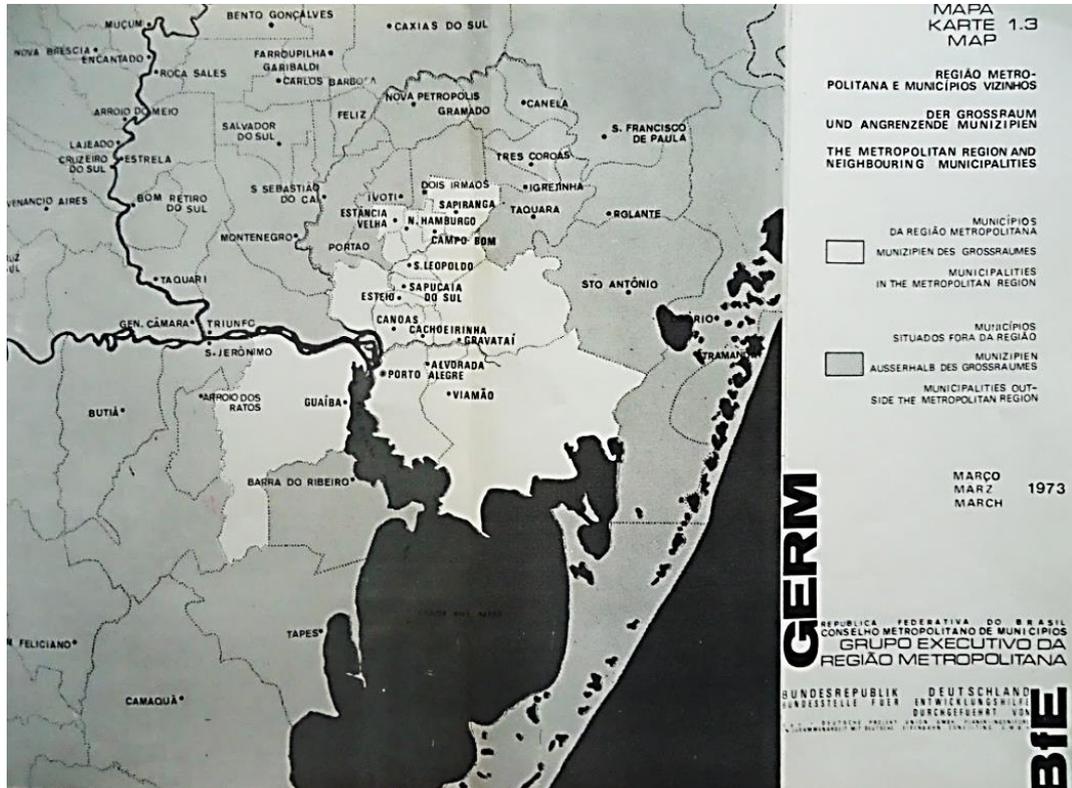


Figura 1
Mapa dos primeiros 14 municípios integrantes da RMPA.
Fonte: GERM, 1973

A região constituída de quatorze municípios foi definida utilizando-se critérios como a continuidade de espaços urbanos, os fluxos de transporte de passageiros e as funções exercidas por cada um dos centros urbanos periféricos ao espaço da capital (GERM, 1973, p:3). Os municípios presentes na composição original da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) foram os seguintes: Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão como mostra a imagem anterior (Figura 01).

Com base nesta configuração inicial e após extenso diagnóstico e adoção do *Modelo Espacial Lowry*, foram propostas nove alternativas para a estruturação da RMPA que relacionavam áreas residenciais e locais de trabalho (GERM, 1973, p:49). Dentre estas, a escolhida foi a terceira alternativa (Figura 02). Esta tinha como objetivo uma distribuição dos centros ao longo

dos dois eixos viários que cruzavam a RMPA (BR-116 e BR-290) visando um melhor abastecimento de áreas internas e de extensas áreas agrícolas através de reduzido número de centralidades (GERM,1973, p:89).

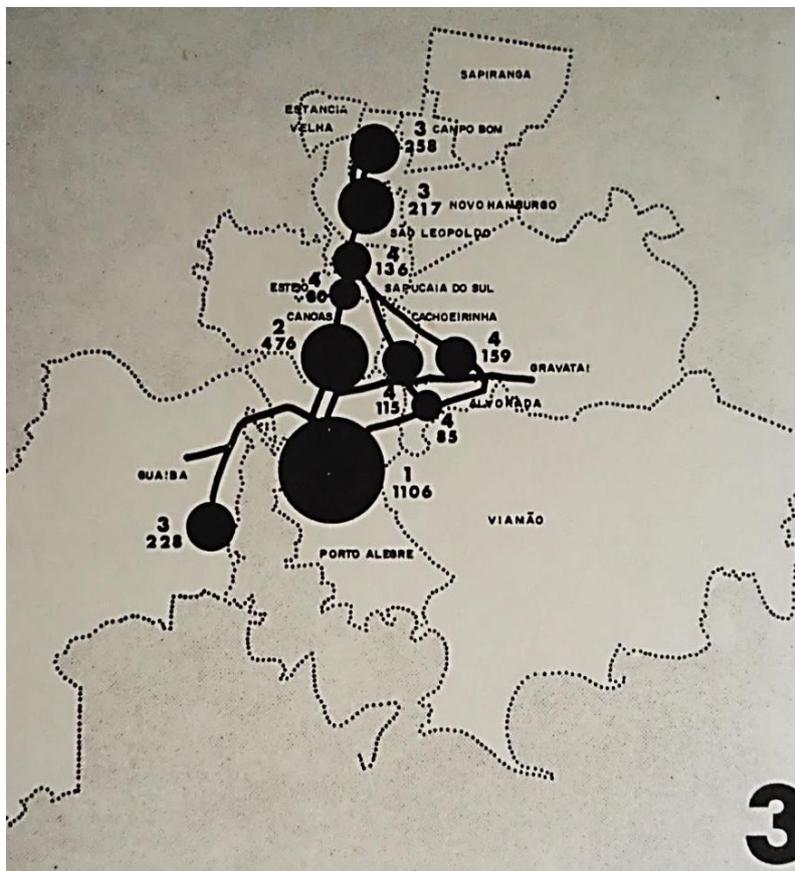


Figura 2
Alternativa escolhida para organizar o crescimento da RMPA.
Fonte: GERM, 1973

As diretrizes do BNH juntamente com as do PDM foram responsáveis pela ordenação do processo de produção habitacional na RMPA que se materializou em função dos agentes promotores públicos e privados. Entre estes últimos se destaca a figura das Companhias de Habitação (COHABs) do lado público e a das empresas de construção do lado privado. O Estado no período entre 1964 e 1986 em função do papel desenvolvido pelo BNH apresentava forte participação na geração de programas e projetos habitacionais de interesse social. Dentro desta participação, as COHABs eram designadas pelo banco como os agentes promotores da produção de habitação para baixa renda. Pensadas como sociedades de economia mista, estas companhias atuavam entre o âmbito municipal e o estadual. Atendiam a faixa de produção habitacional que não interessava ao setor privado ocupado com os setores de média e alta renda apesar dos conjuntos habitacionais serem edificados através de empresas privadas contratadas (ARRETCHE, 1990, p:28).

Uma série de conjuntos habitacionais foi produzida a partir deste modelo de cunho hegemônico e dominante na RMPA a partir da iniciativa privada e do setor público com ênfase para os produzidos e implantados pela COHAB entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980 como mostra a imagem na Figura 03. Fica evidente em função do mapa da imagem a existência de um maior número de projetos oriundos da iniciativa privada do que do setor público demonstrando a precariedade do sistema habitacional no atendimento da faixa de baixa renda. Portanto, os conjuntos produzidos pela COHAB na RMPA não são a maioria com destaque para o Conjunto Habitacional Guajuviras em Canoas/RS analisado aqui e marcado em vermelho no mapa como o empreendimento público de maior extensão territorial.

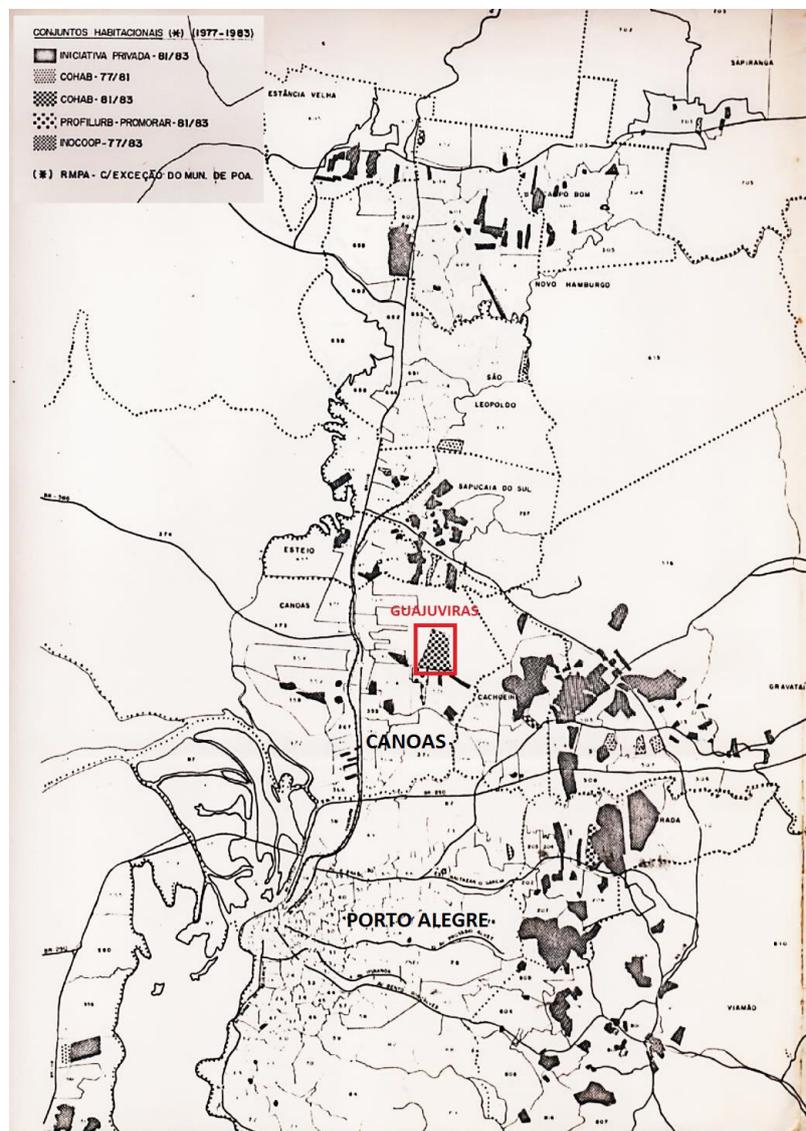


Figura 3
Relação dos conjuntos projetados na RMPA entre 1977 e 1983.
Fonte: Almeida, 1989

Apesar da diferença no que diz respeito à forma de envolvimento das agências no processo de produção e distribuição habitacional nos dois setores citados, a lógica para ambos era a da empresa privada. A produtividade era o foco destas duas formas de produção habitacional que negligenciavam as diferentes realidades locais. Tanto as COHABs como as empresas privadas baseavam a produção nos moldes da habitação industrializada. Logo, a consequência deste procedimento foi uma produção do espaço urbano descolada do morador efetivo que era desconsiderado durante o processo produtivo, pois este era organizado na forma de uma empresa capitalista de produção (DEBIAGI, 1981).

Grandes contingentes populacionais foram tratados como uma demanda numérica que precisava ser armazenada em algum local. Tal modelo de produção simbolizou, portanto, o cenário nacional e o cenário metropolitano da RMPA. Segundo Arretche (1990, p:28), apesar da significativa importância do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) na produção habitacional, se entende que tal sistema foi incapaz de atender as necessidades habitacionais da população brasileira. Além disso, quem sofreu mais com esta conjuntura foi a população de baixa renda que ao longo do tempo buscou na autoconstrução, no favelamento e em algumas formas associativas a solução para os seus problemas e necessidades habitacionais. Esta população corresponde aqui aos atores cotidianos que atuam no âmbito do espaço vivido procurando adaptar o espaço concebido por projetos defasados e inacabados de algumas COHABs.

Dentro deste panorama, a questão que se apresenta é de que forma estas pessoas superaram tais problemas transformando o espaço? Objetiva-se compreender como estes diferentes atores se manifestaram e se interpenetraram no espaço percebido em função do choque entre as ações estratégicas das instituições citadas e as ações táticas dos moradores. Para tal, enfatiza-se o processo histórico do Conjunto Habitacional Guajuviras.

Entre a história e os conflitos

A história construída entre o projeto do espaço concebido e o cotidiano do espaço vivido é ilustrada pelo choque entre as ações dos atores citados anteriormente. Para Certeau (2014), enquanto que as ações estratégicas produzem um espaço impositivo e controlador, as ações táticas propõem a reinvenção deste ao estabelecer uma nova produção ou uma trans-

formação silenciosa e astuciosa. Portanto, a relação entre os atores que concebem o projeto e os atores que vivem o cotidiano está permeada por este confronto entre estratégias e táticas que se manifestam no espaço percebido das práticas. Esta problemática teórica ganha materialidade no contexto histórico de consolidação de conjuntos habitacionais como o Guajuviras destacado a seguir.

O processo de construção do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti conhecido popularmente como Guajuviras inicia em 1974 com o Pré-plano de Utilização do Conjunto Habitacional Guajuviras. Tal documento foi desenvolvido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul conforme o Plano Estadual de Habitação (PLANHAP/RS). A partir das diretrizes instituídas pelo GERM, foi adquirida uma gleba pelo Governo do Estado chamada Fazenda Guajuviras que passou por uma série de estudos preliminares visando a implantação do conjunto habitacional (PELLEGRINI, 1974). No ano seguinte em continuidade ao Pré-plano de Utilização do Conjunto Habitacional Guajuviras, foi criado o Anteprojeto da Unidade de Vizinhança nº 1 Oeste pela equipe técnica coordenada pelo arquiteto Sergio Pellegrini (PELLEGRINI, 1975).

Após três anos correspondentes ao desenvolvimento do projeto a ser implantado no território da antiga Fazenda Guajuviras, em 1978 a COHAB entra na prefeitura de Canoas/RS com o projeto de construção do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti (O TIMONEIRO, 5 jun. 1992). Segundo Penna (1998, p:14), no ano seguinte, o projeto foi aprovado para execução com base na Lei de Parcelamento do Solo (Lei nº6766/79, artigo 18). A implantação correspondia a uma área de 262,83 hectares dividida em seis setores habitacionais. Cada setor apresentava uma parcela residencial loteada e uma parcela de áreas verdes responsáveis pela conexão entre os setores (Figura 04).

No que diz respeito às tipologias habitacionais, estas eram de dois tipos: habitações unifamiliares (casas térreas) e habitações multifamiliares (blocos de apartamentos). A primeira tipologia contava com 4222 unidades distribuídas no interior dos setores habitacionais e a segunda com 1888 unidades distribuídas em blocos de apartamento ao longo da avenida sinuosa central (Figura 04). A construção destas tipologias iniciou e prosseguiu ao longo da década de 1980. Contudo, o processo de implantação do conjunto foi agravado em 1986 quando o BNH é extinto pelo governo do presidente José Sarney (DIÁRIO DE CANOAS, 18 abr. 1998). Tal problemática resultou no abandono

das obras do Guajuviras pela COHAB em 1987 devido à extinção do BNH um ano antes e à falência de duas das quatro empresas ligadas a construção do local (DIÁRIO DE CANOAS, 4 jan. 1996; DIÁRIO DE CANOAS, 18 abr. 1998).

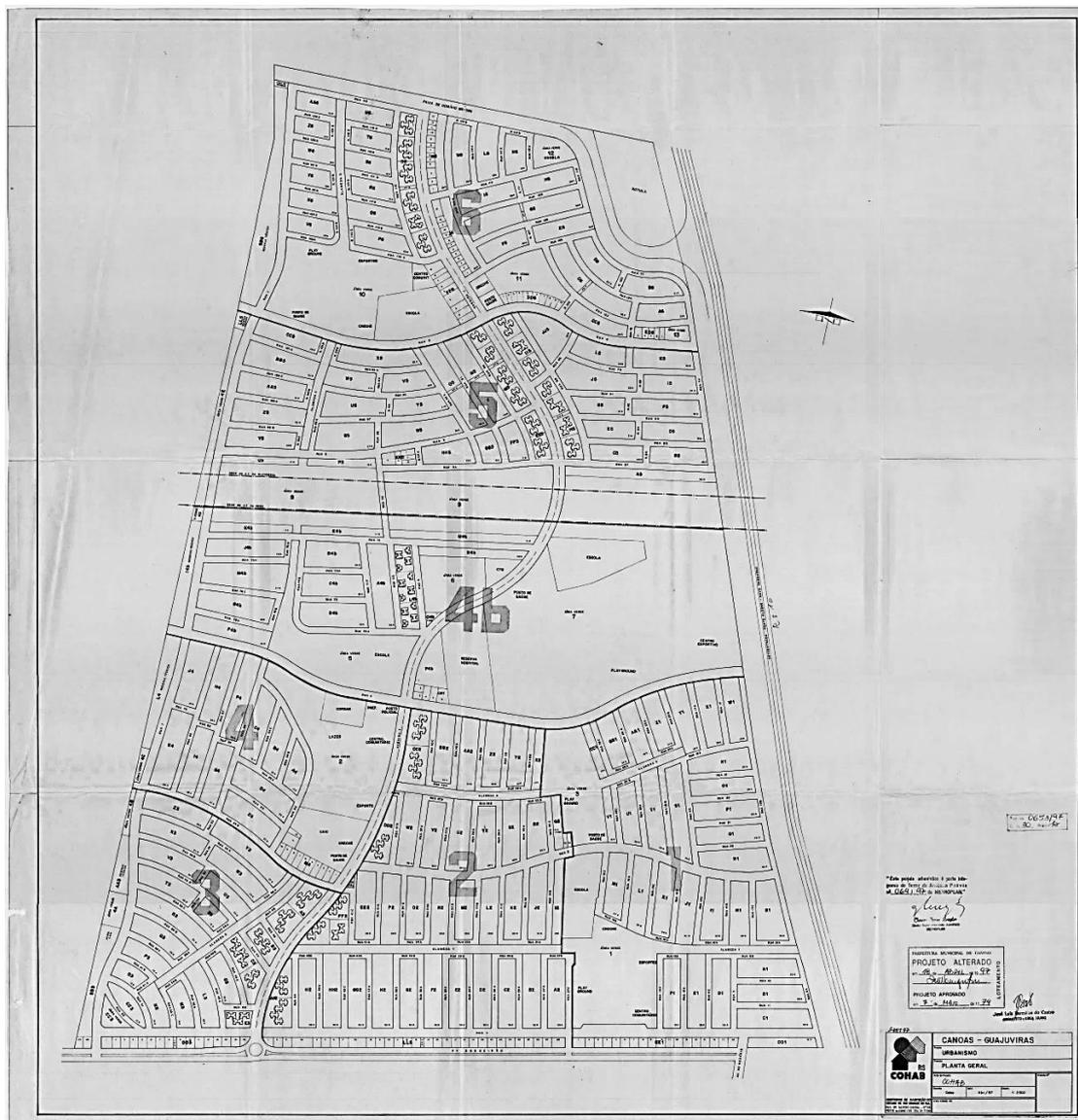


Figura 4
Implantação original datada de 1979 do Conjunto Habitacional Guajuviras.
Fonte: COHAB/RS, 1997

Os prédios inacabados e abandonados começaram a sofrer estruturalmente com a parada das obras em 1987 como mostra a Figura 05. Algo precisava ser feito para que todo o investimento no local não fosse perdido em função dos problemas na execução do conjunto. A solução partiu do povo que insatisfeito com a situação ocupou as unidades habitacionais inacabadas irregularmente, mas de forma planejada neste mesmo ano, no dia 17 de abril (PENNA, 1998, p:16).



Figura 5
Imagem da obra inacabada.
Fonte: Biblioteca da Escola Municipal de 1º Grau Guajuviras

Após a ocupação, foi criada a Comissão de Ocupação Conjunto Habitacional Guajuviras e a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Guajuviras e todo um sistema de articulação e representação (PENNA, 1998, p:44; ZACHER, 2003, pp:30-31). Estes dois grupos tiveram um papel fundamental de informar e organizar os moradores que ocuparam o conjunto abandonado no que diz respeito aos seus direitos (Figura 06).



Figura 6
Informativos distribuídos gratuitamente para os moradores.
Fonte: Zacher, 2003

Os primeiros meses após a ocupação foram os mais turbulentos. Dentro do conjunto, se desenvolvia a luta para manter a posse das moradias abandonadas até então. Segundo Zacher (2003, p:23), as noites eram imprevisíveis e era necessário acordar de três em três horas para trocar as velas que eram fundamentais para evitar a invasão da casa durante a noite. Como as casas e os apartamentos foram ocupados irregularmente e a Brigada dificultou o livre acesso no início, as improvisações cotidianas e os laços de amizade entre os ocupantes foram fundamentais para a sobrevivência no local. A coletividade aflorou em relação às individualidades em função de necessidades básicas como a alimentação (ZACHER, 2003, pp:24-27). Um ajudava o outro no que podia fortalecendo vínculos que sustentaram a ocupação desde o princípio. Mas, apesar do companheirismo, a ausência das infraestruturas básicas agravava a situação desesperadora e precária dos ocupantes.

As dificuldades não acabaram com a ocupação, mas estavam apenas começando. Coube então às autoridades tentar tornar mais humanas as condições de vida dos novos habitantes (PENNA, 1998, p:22). Contudo, a questão da regularização fundiária e a posse definitiva da moradia eram ainda questões pendentes. Segundo a Associação dos Moradores, os valores estipulados pela COHAB para o pagamento das prestações não correspondia à realidade econômica e social do grupo ocupante. Entre negociações malfadadas, a pressão continuou por parte do setor público enquanto os moradores permaneceram resistentes até o acordo final entre as partes no mês de abril de 1989 quando a ocupação completou dois anos de existência (ZACHER, 2003, pp:138-142). A assembleia que homologou o acordo aconteceu em maio do mesmo ano.

O início da década de 1990 simbolizou a consolidação da luta pela moradia própria dos ocupantes do Conjunto Habitacional Guajuviras. Foi a época em que a luta pela melhoria da infraestrutura do bairro se intensificou. As qualificações do abastecimento de água, da energia elétrica, da rede de esgoto, da coleta de lixo e do transporte eram as principais demandas (PENNA, 1998, pp:27-31). Ao longo desta década, o comércio local mesmo não legalizado começou a ganhar força com o surgimento de vários estabelecimentos junto aos blocos como mostra a Figura 07 (PENNA, 1998, p:37).



Figura 7
Vários pequenos comércios na avenida principal em 1998.
Fonte: Penna, 1998

Apesar da estabilidade adquirida pelos ocupantes em função do acordo com a COHAB, o lugar não deixou de apresentar situações conflitantes no que diz respeito à posse da terra, pois em 1992 começou o processo de ocupação irregular das áreas verdes e públicas (PENNA, 1998, p:31). Estas ocupações que se prolongaram ao longo da década de 1990 foram conhecidas como sub-ocupações e apresentam condições urbanísticas precárias até os dias de hoje apesar de algumas melhorias como coleta de lixo, rede de água e energia elétrica.

Em função do processo de liquidação da COHAB em 1995, o Guajuviras foi doado pelo Governo do Estado para o município de Canoas que passou a ser o responsável pelas melhorias e pela regularização da situação dos mutuários que possuíam a posse irregular da terra. Com o cadastro dos imóveis na prefeitura e a definição da questão dos alvarás de licença para os comércios irregulares, o conjunto poderia ser oficializado como um bairro da cidade de Canoas (DIÁRIO DE CANOAS, 22 jul.1995). O final da década de 1990 foi conflitante no Guajuviras, pois correspondeu a uma nova série de invasões nas áreas verdes. Os novos invasores se justificavam comentando que não queriam ganhar de graça os terrenos que estavam servindo para juntar lixo, bandidos e animais mortos (DIÁRIO DE CANOAS, 23 mar. 1999). Verdadeiros mutirões foram realizados pelos novos ocupantes que desejavam construir suas casas nas áreas ocupadas, demarcadas e limpas por eles (Figura 08).



Figura 8
Moradores das sub-ocupações das áreas verdes.
Fonte: O Timoneiro, 1º abr. 1999 e Diário de Canoas, 3 abr. 199998

Tal situação gerou uma tensão entre os novos ocupantes e a vizinhança já estabelecida oriunda das ocupações iniciais do Bairro Guajuviras (DIÁRIO DE CANOAS, 25 mar. 1999). Em meio a estas questões turbulentas, 6300 imóveis da ocupação inicial foram regularizados pela prefeitura viabilizando a cobrança do IPTU (DIÁRIO DE CANOAS, 14 jun. 1999). A década de 1990 se encerrou com o Censo 2000 que classificou o Guajuviras como um dos bairros mais populosos da RMPA com 32 mil habitantes considerando o Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti original e as invasões das redondezas (DIÁRIO DE CANOAS, 7 dez. 2000).

Já o início dos anos 2000 foi marcado pela priorização do processo de regularização fundiária das ocupações das áreas verdes (Figura 09). Segundo o Secretário de Habitação da época, estas áreas surpreendentemente já dispunham de infraestrutura mínima para a urbanização da parte fundiária em função da ocupação ter sido organizada em lotes o que facilitou a implantação do saneamento básico. Logo, as verbas que seriam utilizadas na desapropriação puderam ser empregadas na regularização e na infraestrutura dos parcelamentos (O TIMONEIRO, 9 mar. 2001).

No ano de 2003, o Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti finalmente é transformado em Bairro Guajuviras em função do projeto de lei 053/02, do executivo, que altera a legislação de denominação e localização dos bairros de Canoas (DIÁRIO DE CANOAS, 13 jan. 2003). Neste período, agrava-se a situação dos mutuários inadimplentes que não possuíam condições de pagar a sua dívida com a Caixa Econômica Federal que adquiriu os créditos imobiliários da COHAB (DIÁRIO DE CANOAS, 26 maio 2003).

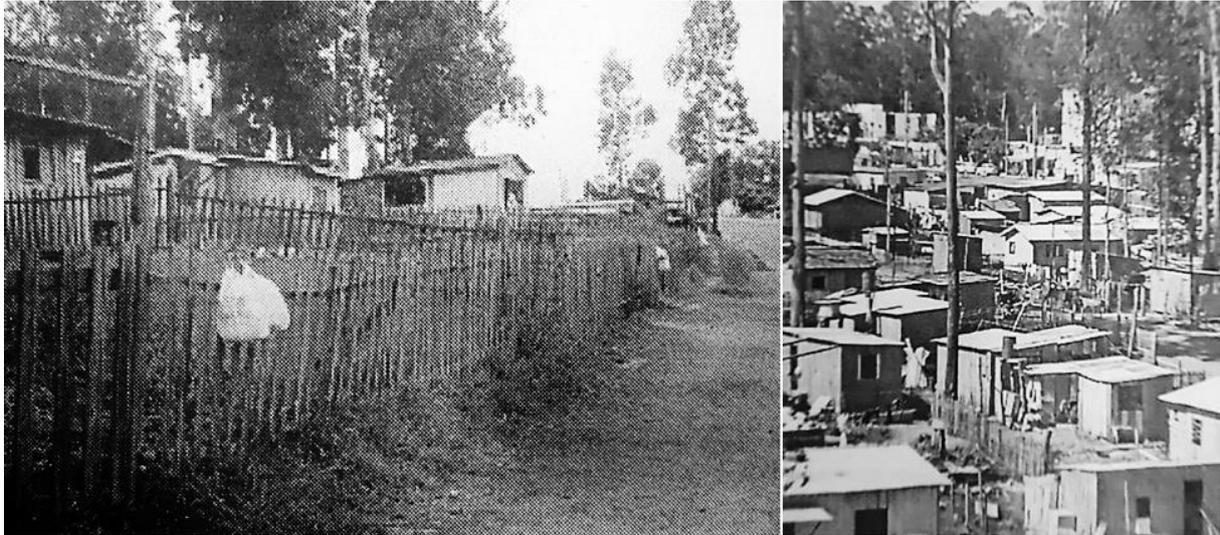


Figura 9
Tecido urbano das sub-ocupações das áreas verdes.
Fonte: O Timoneiro, 9 mar. 2001 e Diário de Canoas, 13 abr. 2001

Do ano de 2004 em diante, o Guajuviras experimentou um período de afirmação do imaginário local em função de vários lugares marcantes e eventos ocorridos no local. A 14ª Ação Solidária foi realizada no Guajuviras superando o número de atendimentos do ano anterior (DIÁRIO DE CANOAS, 20 abr. 2004). A relevância das áreas públicas de lazer e das instituições de ensino foi evidenciada em função da associação destes lugares aos pontos de maior destaque para os moradores (DIÁRIO DE CANOAS, 8 maio 2004). Após o 24º aniversário da ocupação inicial, os moradores comentam a evolução do bairro em função da união entre as pessoas (Figura 10). Todos se conhecem, segundo os moradores, ao enfatizarem as suas memórias afetivas relacionadas ao bairro carinhosamente chamado de “Guaju” (DIÁRIO DE CANOAS, 16 abr. 2011).

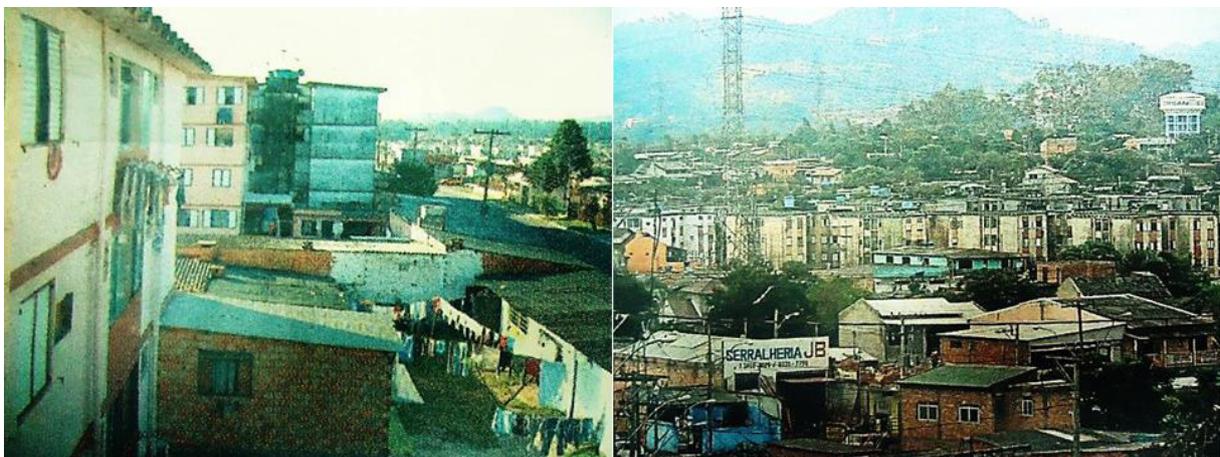


Figura 10
Conjunto Guajuviras transformado no tempo.
Fonte: Diário de Canoas, 22 jan. 2005 e Diário de Canoas, 16 abr. 2011

As políticas habitacionais e os planos metropolitanos do período da ditadura militar não vigoram mais, mas deixaram cicatrizes. O Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti pode ser considerado como uma destas cicatrizes ainda a sangrar no cotidiano dos moradores que buscam segundo as suas possibilidades reinventar e adequar o espaço aos seus hábitos comportamentais. Atualmente o bairro ainda enfrenta dificuldades decorrentes de um processo conturbado de consolidação. Dentro desta trajetória, destacam-se uma série de convergências e divergências entre as ações dos atores hegemônicos responsáveis pela produção inicial e pela regularização fundiária no decorrer e as ações dos atores cotidianos responsáveis pelas ocupações sucessivas. Com base na reconstrução histórica realizada, objetiva-se materializar, a seguir, uma análise das repercussões espaciais no cotidiano em função do indicador estrutura-forma-função.

Entre as espacialidades e suas diferenças

Os resultados espaciais e as suas repercussões cotidianas decorrentes do choque entre as estratégias e as táticas no espaço percebido é possível ser qualificado em função da relação entre estrutura, função e forma. Para Lefebvre (2001), quando um espaço passa por determinadas mudanças funcionais e formais, este pode apresentar uma manutenção estrutural ou uma transformação estrutural. No primeiro caso há uma continuidade ou uma maior correspondência entre o projeto e o cotidiano transformador enquanto que no segundo há uma descontinuidade ou uma menor correspondência entre ambos. Tais diferentes situações construídas ao longo do tempo repercutem nas dinâmicas cotidianas de cada lugar. Tais relações teóricas viabilizam um olhar analítico sobre as diferentes realidades que se transformam no tempo adquirindo significados distintos como no caso do Conjunto Habitacional Guajuviras analisado a seguir.

O Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti localizado em Canoas/RS foi um dos tantos conjuntos habitacionais que “brotaram” da noite para o dia no território da RMPA. Com a intenção de atender a faixa de baixa renda, um grande número de casas unifamiliares e de blocos multifamiliares foi projetado dentro da COHAB e construído a partir de construtoras privadas (Figura 11).



Figura 11
Moradias (unifamiliar e multifamiliar) e área verde ao fundo originalmente.
Fonte: Penna, 1998

Baseados na política do BNH e nas diretrizes espaciais do PDM, estes grandes empreendimentos passaram a receber um contingente populacional considerável dentro do território metropolitano que se expandia. Contudo, receber está longe de abrigar e proteger, pois estes espaços construídos eram concebidos objetivando atender a uma demanda quantitativa desconsiderando as especificidades e as identidades dos grupos sociais do espaço vivido. Desta situação surgem os conflitos, pois os espaços não são apenas as superfícies físicas que configuram os espaços públicos e os privados, mas também os diferentes grupos sociais que os habitam e transitam entre suas superfícies garantindo seus significados particulares. Esta problemática está presente nas críticas de Turkienicz (1984), Luccas (1984/85) e Rigatti (1997) resgatadas em Sanvitto (2010).

Parte deste contexto problemático, o Conjunto Habitacional Guajuviras foi ocupado irregularmente como outros conjuntos habitacionais populares na RMPA. A ocupação foi comemorada como uma vitória das ações táticas dos trabalhadores que tinham o direito a posse da moradia contra o poder hegemônico e estratégico da COHAB que tentou de diversas formas evitar a ocupação. Os embates entre os atores hegemônicos e os atores cotidianos foram constantes na consolidação do bairro representando parte fundamental da sua história particular após as ocupações (ZACHER, 2003).

Quando as ocupações iniciaram, o espaço concebido em um dado momento do passado passou a se transformar em função do espaço vivido no tempo. Contudo, tal transformação não significou a eliminação completa do primeiro pelo segundo, pois o que aconteceu foi uma interpenetração de tempos diversos. Ao tempo do projeto implantado, se interpenetraram os tempos sucessivos das ocupações ocorridas, produzindo um novo espaço diferente do idealizado inicialmente. Logo, tensões e conflitos surgiram deste choque que é ao mesmo tempo espacial e temporal e que se evidencia no espaço percebido no que diz respeito às ações do projeto e às ações do cotidiano. Parte da estrutura original permaneceu e parte foi reestruturada através de transformações formais e funcionais produzindo um verdadeiro mosaico de mudanças urbanas.



Figura 12
Imagem do Guajuviras transformado pelos moradores.
Fonte: César Barbosa, 2009

A Figura 12 evidencia algumas destas interpenetrações resultantes da densidade demográfica e construtiva adquirida ao longo das ocupações. Neste trajeto temporal, o espaço foi apropriado, transformado e resignificado pelos moradores de diferentes formas que romperam com a lógica aprisionadora das “celas habitacionais” homogêneas apresentadas em Luccas (1984/85, p:3). Adições e subtrações manipularam estruturalmente o espaço concebido do projeto dando origem ao espaço vivido das apropriações ao longo do tempo. Quem conheceu o projeto original e ingres-

sa hoje no bairro transformado tende a vivenciar um choque de realidades, pois as dinâmicas são completamente distintas em função das sobreposições entre continuidades e descontinuidades espaciais.

Como mostra a imagem na Figura 12 em comparação com a imagem da Figura 11, há uma variedade de formas de manipulação do projeto em função do cotidiano dentro do Bairro Guajuviras. Estas formas produziram um mosaico que se evidencia na medida em que o projeto implantado é comparado com as ocupações transformadoras ao longo do tempo em função do indicador estrutura-forma-função. Com base neste indicador é viável compreender quais são as continuidades e as descontinuidades entre as ações do projeto e as do cotidiano. Dentro desta abordagem, destacam-se três padrões distintos de transformação espacial em função da apropriação social: as áreas das casas unifamiliares, as áreas dos blocos multifamiliares e as áreas verdes ocupadas irregularmente.

As áreas das casas unifamiliares

Estes são os trechos em que as estruturas apresentaram uma maior continuidade ou uma maior convergência entre o projeto original e as apropriações no tempo. As transformações funcionais e formais aqui não representaram uma ruptura do projetado originalmente pelo apropriado temporalmente, mas uma qualificação do espaço que ganhou em diversidade, atratividade e densidade construtiva. Basicamente voltadas para o uso residencial em função das casas isoladas em seus lotes no princípio das ocupações, as áreas unifamiliares mantiveram a sua vocação estrutural original com algumas adições ou subtrações funcionais e formais que melhoraram o cotidiano das pessoas. Estas parcelas do bairro, que representam a maior área ocupada do conjunto, são um bom exemplo de plasticidade funcional e formal ao respeitar a estrutura projetada e implantada inicialmente. Além das casas unifamiliares propriamente ditas, dentro deste grupo se destacam também algumas áreas comerciais e de praças que também mantiveram a sua estrutura original contando com acréscimos funcionais e formais ao longo do tempo. Do lado dos comércios este são alguns pontos discretos distribuídos ao longo do conjunto. Já as áreas de praças representam oásis contrastantes de uso público em meio ao tecido urbano do bairro. São alguns espaços residuais remanescentes das áreas públicas originalmente implantadas e que se destacam pela vegetação preservada. Estes locais públicos de pequenas dimensões em relação ao bairro são também um exemplo de convergência entre o concebido e o vivido assim como os comércios pontuais.

As áreas dos blocos multifamiliares

Esta parcela do bairro apresenta uma ruptura parcial da ordem estrutural original. Aqui existe uma mescla entre divergências e convergências entre o projetado no passado e o apropriado durante o tempo diferentemente do caso anterior em que as convergências predominam sobre as divergências. Os espaços livres desta parte do conjunto correspondiam no princípio ao recuo de jardim dos blocos multifamiliares de quatro pavimentos isolados no centro das quadras. Contudo, com o passar do tempo, estes espaços em função da centralidade em relação ao conjunto como um todo foram sendo gradualmente ocupados por garagens, comércios e serviços variados. Tais elementos surgiram ao longo do tempo em função das demandas cotidianas não atendidas pelo projeto implantado de forma inacabada. Enquanto que a função e a forma nestas áreas do conjunto estavam restritas ao uso residencial e aos blocos habitacionais na implantação original, após as ocupações os demais usos foram adicionados assim como os seus volumes característicos na periferia destas quadras. Logo, as funções e as formas relacionadas aos blocos multifamiliares permaneceram no espaço, mas com o acréscimo das funções e das formas associadas às garagens, aos comércios e aos serviços resultando em uma mistura estrutural. Tal mescla estrutural promoveu uma diversidade formal e funcional que transformou estes espaços centrais do bairro em áreas profundamente movimentadas e ativadas pelos moradores locais e pelos usuários de fora também no cotidiano.

As áreas verdes ocupadas

Diferentemente do primeiro caso em que as convergências ou continuidades eram predominantes e do segundo em que havia uma mescla de continuidades e de descontinuidades entre o projeto e a apropriação, aqui as descontinuidades se destacam. Observa-se uma ruptura estrutural evidente nestes espaços projetados em função das apropriações sucessivas no tempo. A maioria dos espaços que a princípio atenderiam aos requisitos coletivos da comunidade através de áreas de uso comum foram apropriadas e parceladas irregularmente até os dias de hoje a partir das sub-ocupações ocorridas em um segundo momento das ocupações. As grandes áreas verdes, em que dos equipamentos coletivos apenas as escolas foram implantadas, estavam reduzidas a matos de eucaliptos na implantação do projeto original inviabilizando as atividades comunitárias e de lazer. Logo, estas áreas foram ocupadas e reestruturadas com base no uso re-

sidencial e irregular assim como alguns trechos das alamedas locais. A função de troca e de convivência coletiva foi substituída pela função de residência privada associada a formas habitacionais precárias e a suas péssimas condições de moradia. Ao longo do tempo, tais residências irregulares foram qualificadas pelos moradores e pelo setor público em função do crescimento de infraestruturas como energia elétrica, água e esgoto. Contudo, ainda apresentam condições de vida inferiores em relação ao restante do bairro.

Estas três áreas do Guajuviras apresentam relações estruturais distintas entre o projeto e o cotidiano em função das transformações funcionais e formais. O resultado destas distinções é um mosaico de fronteiras entre o público e o privado que se manifestam no cotidiano de diferentes formas. Enquanto nas áreas dos blocos, tais fronteiras promoveram a partir das transformações formais e funcionais uma aproximação entre os moradores do bairro ao longo do tempo, nas áreas verdes ocupadas ocorreu um afastamento. Ao contrário das áreas das casas unifamiliares que mantiveram a sua estrutura original e, portanto, as premissas do projeto, nos dois casos anteriores estas foram rompidas pelas transformações no cotidiano. Contudo, o resultado tanto físico como social foi bem diferente entre ambas, pois quem vive nos blocos está inserido em uma dinâmica cotidiana integrada à cidade em função de uma estrutura diversificada e movimentada. Já quem vive nas áreas verdes ocupadas vivencia uma dinâmica a margem da cidade em função de uma estrutura pouco acessível além de precária do ponto de vista da infraestrutura.

Conclusão

A política habitacional no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980 ganhou materialidade no cotidiano dos conjuntos habitacionais que foram implantados naquela época em função de um projeto e ocupados ao longo do tempo. Logo, é neste entre momentos que os espaços são construídos e transformados gerando diferentes relações entre os habitantes. O caso estudado aqui é um bom exemplo desta diversidade relacional, pois o período de consolidação do Guajuviras iniciado com o projeto e encerrado sempre de forma parcial no cotidiano é marcado por contrastes evidentes entre os espaços dos pontos de vistas físico e social. Portanto, ao atentar para a forma como o espaço projetado é transformado pelos habitantes no cotidiano, é viável compreender o grau de correspondência entre ambos e as repercussões no dia-a-dia dos habitantes.

As três áreas analisadas aqui evidenciam este panorama em que a transformação do projeto original no cotidiano dá origem a três bairros diferentes. A área das casas unifamiliares foi a que apresentou uma maior correspondência entre projeto e cotidiano enquanto que nas áreas verdes ocupadas e nas áreas dos blocos ocorreu o oposto. No primeiro caso a estrutura original se manteve durante as transformações formais e funcionais, já nos dois casos seguintes esta foi transformada também. Contudo, apesar das mudanças alterarem a estrutura nestes dois últimos, as repercussões cotidianas não foram as mesmas, pois enquanto nos blocos surgiu uma dinâmica de aproximação cotidiana entre as pessoas, nas áreas verdes ocupadas a dinâmica foi de afastamento. Logo, a ruptura estrutural decorrente de transformações entre o projeto e o cotidiano não representa em si uma barreira para o atendimento das necessidades cotidianas, mas uma alteração da situação anteriormente projetada que pode proporcionar uma melhora ou não nas condições de vida.

Neste contexto, as mudanças propostas pela arquitetura do cotidiano deixam vários ensinamentos que merecem destaque. A maneira como o espaço é reinventado pelos atores que vivem o cotidiano representa a revisão de um projeto e de uma política habitacional em função da busca por melhores condições de vida. Contudo, esta reinvenção não é vista de tal forma pelos atores hegemônicos que concebem os projetos e as políticas. Ao invés de olhar para estas ações transformadoras como uma possibilidade de renovação das diretrizes habitacionais antiquadas que vigoram até hoje, estes últimos qualificam estas ações de informais propondo o combate contra elas e não a conciliação a partir delas.

Referências

ALMEIDA, M. S. de. *Políticas Públicas da Habitação e do Transporte: O Caso da Região Metropolitana de Porto Alegre*. 1989. 288 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre.

ARRETCHE, M. Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional. *Espaço & Debate*, São Paulo, n. 31, p. 21-36, 1990.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.

COHAB/RS – Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul. *Memorial descritivo e implantação original do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti*. Canoas, 1997.

DEBIAGI, M. C. A produção e consumo da habitação. *Projeto*, São Paulo, n. 29, p.12-14, maio 1981.

GERM - Grupo Executivo da Região Metropolitana e Deutsche Projekt Union. *Plano de Desenvolvimento Metropolitano: Sinopse*. Porto Alegre: GERM, 1973.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Basil Blackwell Ltd, 1991.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LUCCAS, L. H. H. *A desconsideração dos padrões culturais do usuário em planos habitacionais*. 1984/1985. 9 f. Monografia (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre.

PELLEGRINI, S. E. *Pré-plano de utilização do Conjunto Habitacional Guajuviras*. Porto alegre: PLANHAP/RS, 1974.

PELLEGRINI, S. E. *Anteprojeto da unidade de vizinhança – 1 oeste*. Porto alegre: PLANHAP/RS, 1975.

PENNA, R. *Canoas - Para lembrar quem somos: Guajuviras*. Canoas: SMEC-DPESA, 1998.

PEREIRA, L. H. *Habitação popular no Rio Grande do Sul 1890/1980*. Porto Alegre: Cadernos do PROPUR/UFRGS, 1982.

RIGATTI, D. *Do espaço projetado ao espaço vivido: modelos de morfologia urbana no Conjunto Rubem Berta*. 1997. 340 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

SANVITTO, M. L. A. *Habitação coletiva econômica na arquitetura moderna brasileira entre 1964 e 1986*. 2010. 539 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre.

TURKIENICZ, B. A forma da cidade – Agenda para um Debate In: TURKIENICZ, B. (Org.). *Desenho urbano I – Cadernos Brasileiros de Arquitetura*. v.12. São Paulo: Projeto, 1984. p. 9-26.

ZACHER, L. C. *Guajuviras – Diário de um ocupante*. Canoas: Tecnicópias, 2003.

JORNAIS RELACIONADOS

DIÁRIO DE CANOAS. Canoas: Editora do Diário de Canoas, 1995 a 2011.

O TIMONEIRO. Canoas: Editora de O Timoneiro, 1992 a 2001.